
A PERDA DA INDEPENDÊNCIA
E A RESISTÊNCIA TERCEIRENSE

Teresa Bernardino

A PERDA DA INDEPENDÊNCIA E A RESISTÊNCIA TERCEIRENSE

Foi na distância da pequena pátria lusitana que se formou um novo português: o que tudo troca por riquezas nunca suspeitadas; o que despreza o trabalho na terra própria porque esta é pobre; o que anseia ganhar vastos domínios para ser maior a sua fama; o que esquece a defesa do solo dos seus antepassados para ser maior a sua glória aos olhos do mundo.

O Império que nos fins do século XV adquiriu os seus contornos essenciais ditava, de facto, uma outra forma de ser português. As suas potencialidades eram enormes, se Portugal as pudesse aproveitar como convinha. No entanto, outras nações mais populosas, melhor apetrechadas militarmente, mais desenvolvidas nas técnicas da produção e aproveitamento de matérias-primas rivalizavam e acabariam por ultrapassar as possibilidades de ocupação e intercâmbio comercial dos portugueses. Ao longo do século XVI debatia-se a Nação pela manutenção de fortalezas e castelos nas paragens africanas, brasileiras ou asiáticas. A centralização do poder real seria a arma eficaz para as sustentar? Na verdade, em parte foi ela que conseguiu suportar os condicionalismos internacionais (que eram cada vez mais desvantajosos para o País), colocando ao seu serviço uma burguesia nobilitada e uma nobreza e um clero mercantilizados.

De tal modo este esquema político-social estava imbrincado que, quando o poder estatal foi suspenso, logo toda a sociedade portuguesa oscilou. A morte de D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir ao provocar um vazio dinástico mostrou bem a situação periclitante das forças nacionais quando lhes faltava o suporte do Estado. Sem descendência directa, a ele sucedeu o Cardeal D. Henrique que, falecido em 1580, quase declara a Coroa vaga para quem a quisesse ocupar. A ordem nobiliárquico-eclesiástica sem a direcção estatal a que se habituara, não tendo outros objectivos senão conservar o prestígio, o luxo e a fama dos tempos

gloriosos da Expansão, só ambicionando aumentar os seus campos de acção negocial, entregava-se sem resistência ao poderoso Filipe II, senhor do mais fulgurante e rico Império dos fins do século XVI. Ante a miragem de não só salvar o decadente Império português como também de se apoderar do espanhol, a pátria — a sua integridade e independência — deixava de ter sentido. Por sua vez, a burguesia nobilitada pelas mercês régias já não tinha objectivos muito diferentes das pessoas «de mor qualidade». Finalmente, o povo perdera a voz determinante que tivera ainda na crise nacional de 1383-85. Partindo em busca de riquezas, dissipava-se a sua coesão, a sua influência política, o seu dinamismo social.

No plano económico o declínio não era menos sensível: o despovoamento dos campos provocara a precariedade agrícola — o trabalho pouco produtivo dos escravos (Índia, Brasil, África) substituíra o dos naturais. Como afirmava, em 1536, Damião de Gois, «vemos no reino meter/ /Tantos captivos crescer,/E irem-se os naturais,/Que, se assim for, serão mais/Eles que nós a meu ver» (*Miscelânea*). E em poema dedicado a António Pereira nota Sá de Miranda: «Ó vida de lavradores!/Se eles conhecessem bem/as vantagens que têm,/co aqueles santos suores/que a si e ò mundo mantêm»...

As artes mecânicas não acompanhavam as solicitações da Nação e muito menos as do Império. A produção manufactureira era diminuta. Tudo se importava da Europa porque as matérias-primas chegadas das colónias tudo pagavam. Paralelamente efectuavam-se periódicas desvalorizações da moeda para defrontar as despesas ultramarinas, as rendas e privilégios atribuídos a nobres e a membros do clero assim como às mercês a conceder a mercadores, militares e navegantes.

A realidade cultural do País não é mais animadora: o estabelecimento da Inquisição, a entrega do ensino à Companhia de Jesus, a constituição de uma censura prévia às obras publicadas, a perseguição dos que se manifestavam contra a corrupção e desmoralização geral do reino, criaram um ambiente pouco propício ao desenvolvimento do espírito de inovação e mudança que tinham prosperado até meados do século de Quinhentos.

A literatura científica não progride na nação que lançara as bases do saber moderno. A contribuição experiencial-científica dos pilotos e marinheiros portugueses fora secundarizada perante os benefícios mate-

riais do negócio da pimenta, do ouro, dos escravos... A esperança cultural do Portugal descobridor cedo vê o seu crepúsculo. O regresso do método escolástico-jesuítico marca-o. O novo saber mitifica-se para a elite intelectual. E para o povo? Que significado resta dele? Apenas a navegação pelos oceanos dominados, o desembarque em outras terras, a demanda de riquezas na certeza (incerta) de as encontrar.

Apercebendo-se das profundas consequências deste panorama, o poeta António Ferreira em carta ao Cardeal D. Henrique alerta-o para a necessidade de defender e dignificar a cultura nacional: «Boas letras, Senhor, *não são baixezas.*/Pera o público, bem também estudam/E cantam os bons Poetas: deleitando,/Ensinam, e os maos efeitos em bons mudam./ /E às vezes aos Reis vão declarando/Mil segredos, que então só vêm, e sabem,/Mil rostos falsos, línguas más mostrando.../»

I — O Candidato D. António

Nesta perspectiva conjuntural três candidatos se apresentam, em 1580, com direitos ao Trono português — Duque de Bragança, Filipe II e D. António, Prior do Crato. Contudo, somente dois se vão confrontar: Filipe II (a Casa de Bragança não o hostiliza — não é seu inimigo potencial) e D. António. O primeiro representando a perda da independência tem a vantagem de prosseguir a política centralizadora com fundamento na ordem feudal; o segundo, constituindo a via da independência, tem o seu ponto de apoio nos grupos populares que ameaçavam com os seus métodos insurreccionais o sistema económico-social em vigor.

A figura de D. António movia-se, pois, nesta difícil encruzilhada da nossa história. Pretendendo ser um segundo Mestre de Avis (num tempo já bem distante e diferente) comete o primeiro erro político: pretender ser eleito como Defensor e Regedor do Reino, em vez de rei. Aclamado como rei de Portugal em Junho pelas cidades de Santarém, Setúbal e Lisboa, no mês seguinte declara, em carta ao rei de França, desejar ser apenas Regedor e Defensor do reino. Até 18 de Agosto de 1580, D. António desempenhará, sem objecções imediatas, as suas funções régias expedindo ordens, concedendo mercês e negociando a paz com o candidato castelhano.

No entanto, a aproximação das forças militares do Duque de Alba, penetrando pelo Alentejo, acelerou os acontecimentos. Com efeito, Filipe II estava decidido a não perder a oportunidade. Prevendo fortes apoios no funcionalismo de Estado não hesitou em ocupar militarmente Portugal.

Nas vésperas da batalha de Alcântara os contactos diplomáticos com a Espanha foram suspensos por iniciativa de D. António. A pressa, a defesa foi preparada com o auxílio de membros da pequena nobreza, certos elementos do clero e grande número de elementos da arraia-miúda. Estas dispersas forças defrontavam o organizado e bem chefiado exército espanhol. Forças «feitas de retalhos obtidos ao acaso, cujo chefe nada ou quase nada tinha de general» ⁽¹⁾, sofreram uma rude derrota.

Vencido em Lisboa, o Prior do Crato não perdeu a esperança num futuro triunfo. Seguindo para o Norte com alguns dos seus mais directos colaboradores, busca restaurar a confiança da Nação. Depois de receber a protecção da população de Coimbra onde detinha grande popularidade nos meios académicos, tentou impor-se em Aveiro, que D. António sabia partidária de Filipe II desde 29 de Agosto. Com uma força de 10 000 homens obrigou-a a render-se. Promoveu, entretanto, numerosos benefícios para os que lhe fossem fiéis e castigos para os traidores (como, por exemplo, o confisco das suas fazendas). Também o Porto aclamara Filipe II em 4 de Setembro. Urgia, por isso, conquistá-la com brevidade. Sem uma enérgica oposição, dela se apodera e distribui os bens da nobreza fugitiva aos seus partidários. Ora, todas estas acções, sem o suporte das principais casas do reino, assumiam a forma de atitudes revolucionárias — uma parte importante do País aliava-se ao partido do rei de Espanha, não secundando nem participando no combate de D. António. A via da insurreição popular mostrava-se incapaz de ter êxito desde que Filipe II angariara o apoio dos governadores do reino e das camadas com interesses antagónicos aos das gentes mecânicas, camponeses, pescadores, vadios e mendigos. Sem impacte político, sem organização e sem dinheiro para financiar a guerra, a sua causa estava votada ao fracasso. Aparentando ser mais uma luta de carácter social do que de natureza político-dinástica, o partido de D. António identificou-se, foi-se identificando com uma luta armada onde a ideia da independência era um puro pretexto. As atro-

⁽¹⁾ Damião Peres, 1580: *O Governo do Prior do Crato*, Barcelos, 1928, p. 80.

idades cometidas contra muitos dos que a ele não aderiam levou Sousa Viterbo a concluir que «a luta entre o Prior do Crato e as forças espanholas teve mais o carácter duma guerra civil de que o de uma guerra estrangeira e, se os espanhóis praticaram atrocidades, as forças do pretendente não se mostraram mais conciliadoras... A vitória do pretendente era para muitos a vitória da plebe» (2).

As tropas espanholas comandadas por Sancho d'Avila seguiriam para o Norte em Outubro onde, sem dificuldade, desbarataram os últimos redutos do partidário popular. A D. António só restava o exílio, pois a sua permanência em Portugal já não se justificava. Os seus actos, quase sempre irreflectidos, provavam que a sua noção dos factos estava bastante longe da realidade. Se lutava por uma ideia — a independência da Pátria — os seus meios eram insuficientes numérica e qualitativamente para a realizar. No momento, a Nação não se conformava com soluções de compromisso. O jugo estrangeiro era considerado preferível à provável perda de privilégios, honras, terras e mercês que a rebelião popular podia ocasionar. E o próprio comportamento indisciplinado e excessivo dos partidários de D. António serve de propaganda à defesa dos direitos individuais e à paz que Filipe II já começava a preconizar. Nesta conformidade, ele tornava-se muito mais o símbolo da ordem que da dependência nacional. Assegurando nas cortes de Tomar (1581) a conservação dos foros, privilégios e liberdades (anteriormente consignadas aos portugueses), evita animosidades hostis ao seu poder. A salvaguarda do seu prestígio exigia prudência de governação. A vitória das suas hostes, aliás, afigurara-se decidida desde o momento em que os governadores do reino reunidos em Setúbal se lhe declararam fiéis. A sua anuência para com o monarca seria referida por Cristóvão de Moura, de modo significativo, em carta que lhe dirigiu em 24 de Junho de 1580: «pobres hombres viejos, sin consexo y llenos de medo». A sua fuga para Aiamonte ao verem os apoios concedidos a D. António, revelava claramente a incerteza que pairava quanto à sobrevivência da Nação. Mas a sua incorporação no exército do Duque de Alba, por determinação filipina, exprime a firmeza com que se definia a política peninsular de Madrid.

Exilando-se em França a partir de Junho de 1581, aí procurou os socorros necessários à reposição da legitimidade em Portugal. Ainda que

(2) Sousa Viterbo, *O Prior do Crato e a Invasão Espanhola de 1580*, Lisboa, 1870, p. 14.

o Império se mantivesse indiferente aos acontecimentos da metrópole a insularidade determinavam-no — parte das ilhas do arquipélago dos Açores não estavam subjugadas; a pequena ilha do Fogo, em Cabo Verde, revoltara-se contra Filipe II.

2 — *A ilha Terceira e a resistência*

O arquipélago dos Açores estava dividido. Se S. Miguel e Santa Maria não resistiram às forças vencedoras no continente, a ilha Terceira e as que a ela estavam ligadas não se renderam às investidas e às ambições do monarca espanhol.

A Terceira foi, de facto, o baluarte da nação portuguesa até Agosto de 1583. Foi aí que a luta assumiu proporções maiores. As ilhas Atlânticas constituíam pontos estratégicos indispensáveis à Espanha, e eram zonas de abastecimento das naus que se dirigiam às Índias. Tal como na metrópole, D. António era o símbolo da independência. Ao ser recebida a notícia da sua aclamação como rei de Portugal, em Junho de 1580, logo aqui é reafirmado o acto, no mês seguinte. As forças que o apoiavam eram as mesmas — como em Coimbra, em Lisboa ou no Douro é o povo miúdo que deposita nele toda a confiança. Tal era o entusiasmo popular pela sua pessoa que a derrota de Alcântara em nada altera o apoio que lhe merecia. «Os que falavam alguma coisa contra D. António, em cangas os açoutavam e enforcavam e os nobres da terra, que estranhavam tantas desordens, os prenderam como prenderam logo dos primeiros João de Bettencourt, Pedro Enes do Canto... e depois muitos desterrados da terra» (3).

Os confrontos na ilha entre populares e gente abastada, nobres e clero, revelavam as mesmas características da luta no continente. A problemática social da ilha não era estranha à questão da independência. Jesuítas e fidalgos preparavam clandestinamente a aclamação de Filipe II. Mas o primeiro «Viva el-rei Filipe II» chegou para provocar um motim popular. Em Janeiro de 1581 uma nau francesa é avistada. «Logo o povo correu a saber as notícias no meio das maiores aclamações, ao som das

(3) *Panorama*, vol. 13, Lisboa, 1856, n.º 23, p. 186.

caixas, trombetas, estrondo d'artelharia e mosqueteria e repique dos sinos de toda a cidade.» (4)

A rebeldia da ilha respondeu Filipe II em Abril com o envio de uma armada sob o comando de Pedro de Valdez. Aproximando-se as forças navais de terra terceirense, Valdez manda entregar ao governador, Ciprião de Figueiredo, um ultimato, mediante o qual a rebelião seria perdoada caso se entregassem; se assim não acontecesse, mil soldados seriam desembarcados e a ilha tomada pela força. Como Ciprião não se entregou (5), Valdez resolveu, sem esperar por socorros (combinados antecipadamente), atacar os rebeldes. Foi, então, que se agrupou o inimigo no lugar de Salga «distante da cidade de Angra légua e meia e outro tanto da vila da Praia». A penetração territorial não foi difícil, mas às fracas armas juntou-se a bravura e a habilidade táctica dos terceirenses. Pelo lançamento de grande quantidade de gado desordenado e enfurecido «com agulhão e sob o fogo dos arcabuzes», conseguiram dispersar o exército castelhano que, apanhado de surpresa por este recurso estratégico, em parte fugiu para o mar onde com o peso do armamento rapidamente se afogava. «Outros querendo largar as armas, não o podiam fazer tão depressa que os não matassem, sem que os barcos e batéis se podessem aproximar, pelo muito fogo que de terra se lhes fazia.» (6)

A vitória alcançada em 25 de Junho de 1581, nos campos de Salga de modo tão espectacular, foi decisiva para a prossecução da luta empreendida contra Filipe II. De facto, a Terceira já não esperava o perdão nem

(4) Francisco Ferreira Drumond, *Anais da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, 1850, tomo I, p. 210.

(5) Ao ultimato enviado por Filipe II responde, sem demora, Ciprião de Figueiredo. As suas palavras firmes e inequívocas testemunham bem a vontade inabalável de ser fiel à causa de D. António: «... Nem V. Magestade lhe cabe querer que eu o sirva como vassalo, nem a mim convém obedecer como súbdito. Esta Ilha e moradores della são de El-Rey D. António, a quem juraram por seo Rey, e natural Senhor; assim pela sucessão do Reino lhe pertencer, e o povo della o ter eleito; como por a cidade e Câmara de Lisboa isso escrever; as razões e justiça que para isso havia, não posso eu crer V. Magestade não as tenha muitas vezes passadas pela memória». A terminar salienta mesmo que nem as armas o demoveriam: «Porque não perca minha alma nem minha honra... porque um morrer bem é viver perfeitamente... me veio ter mais conta com perservar até o fim da vida nesta lealdade que temer os vossos apercebimentos de gente, navios e munições com que V. Magestade na sua me ameaça... nenhuma couza me poderá mover a troco de vender a honra, a lealdade, que não tem preço...» (in Côrte Real e Amaral, *Ciprião de Figueiredo, Exemplo de Honra e Lealdade*, Publicações da Câmara Munic. de Angra do Heroísmo, 1941, pp. 7-11).

(6) Idem, *Ibidem*, p. 224.

os benefícios oferecidos anteriormente pelo monarca. Além disso, a chegada de D. António a França procurando auxílio deu-lhes novo alento para resistirem. Regressando àquela ilha no ano seguinte, o Prior recebeu a fidelidade de todas as ilhas com excepção de S. Miguel. Decidindo tomá-la pela força seria repellido por uma potente esquadra ao serviço de Filipe II. Em fins de Outubro de 1582, o partidário da independência viu-se obrigado a regressar a França. Nesse país contava adquirir mais eficaz equipamento técnico-militar que viabilizasse, sem contratempos, a restauração da legalidade dinástica em Portugal, agora a partir do Portugal insular. Contudo, em 24 de Julho de 1583, o forte manancial bélico e humano do Marquês de Santa Cruz infringiu uma derrota aos corajosos resistentes debilmente apoiados por forças francesas e inglesas. Em 4 de Agosto a capitulação marcaria o fim do conflito assim como a esperança renascida nos campos vitoriosos de Salga.

Sem alternativa, os partidários de D. António não podiam continuar na defesa do seu ideal patriótico. Estava ainda longe o tempo em que os condicionalismos internacionais (político-militares) e nacionais (económicos e sociais) a possibilitariam. Se para Jaime Cortesão «a regeneração das energias nacionais precede e explica a Restauração em 1640» não é menos verdade, como dizia Antero de Quental, que «a restauração nacional de 1640 só será possível pelo abatimento de Espanha».

Uma pequena ilha atlântica desafiara o poderoso espanhol, a que nem as grandes potências europeias se atreviam. Naquele contexto, só ele podia vencer. Restava esperar por tempos que facilitassem a tarefa. D. António morria em 1595, mas o seu objectivo só se tornou viável a partir de 1635, quando eclodiu a guerra frontal entre a França e a Espanha. Nessa ocasião se delinearam «claras perspectivas imediatas do que os portugueses imediatamente se aperceberam». Eis o que pensa J. Borges de Macedo que acrescenta: «Importante ponto a salientar foi que a revolução se consolidou sem necessidade de forças armadas estrangeiras para que Filipe IV de Espanha fosse afastado do trono português.» (7)

(7) J. B. Macedo, «Constantes e linhas de força da história diplomática portuguesa» in *Nação e Defesa*, n.º 17, 1981, p. 93 e 96.

Em 1640 como no combate vitorioso de Salga, ficou bem patente que o sentimento patriótico aliado a uma eficiente estratégia eram sempre preferíveis à participação precária e hesitante do estrangeiro na restauração nacional. Basta lembrar o resultado do apoio militar inglês quando as tropas de Junot invadiram, em 1807, Portugal. A expulsão do francês traduziu-se na ocupação militar e económica do inglês.

Dr.^a Teresa Bernardino